

JOEL DIAS FIGUEIRA JÚNIOR

**MANUAL DOS JUIZADOS
ESPECIAIS CÍVEIS
ESTADUAIS E FEDERAIS**

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS



<http://bdjur.stj.gov.br>

Localização: 3437.919.3(81)

F475m

Código de barras: STJ00064707

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Figueira Junio, Joel Dias Manual dos juizados especiais cíveis estaduais e federais / Joel Dias Figueira Júnior. -

São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2006.

Bibliografia

ISBN 85-203-2923-3

1. Juizados especiais - Brasil 2. Juizados especiais - Leis e legislação - Brasil I. Título.

06-4167

CDU-347.994(81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Juizados especiais cíveis estaduais e federais : Direito processual 347.994(81)



SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR	9
---------------	---

I – INTRODUÇÃO

1. Da criação dos Juizados Especiais: escopos sócio-políticos e jurídicos	23
2. Da organização, composição e competência dos Juizados Especiais	28
3. Da justiça itinerante	31
4. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil aos Juizados Estaduais e Federais	32
5. Juizados Especiais Federais e a subsidiariedade da Lei 9.099, de 26.09.1995	33
6. Princípios processuais orientadores dos Juizados Especiais Cíveis	34
6.1 Princípio da oralidade e seus subprincípios	35
6.1.1 Princípio do imediatismo, imediação ou imediatidade	36
6.1.2 Princípio da concentração dos atos	36
6.1.3 Princípio da imutabilidade ou identidade física do juiz	37
6.1.4 Princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias	38
6.1.5 Princípios da simplicidade, da informalidade, da economia processual e da celeridade	40
7. A autocomposição como elemento central dos Juizados Especiais	41
8. Do aperfeiçoamento de magistrados e servidores nos Juizados Especiais	44

II - DA JURISDIÇÃO E DA COMPETÊNCIA

1. Introdução: noções comuns aos Juizados Estaduais e Federais	46
1.1 Das "atribuições" dos Juizados Especiais Cíveis	46
1.2 Jurisdição e competência: distinções e similitudes	47
2. Da competência nos Juizados Especiais Estaduais	48
2.1 Da competência: aspectos gerais	48
2.1.1 Problemas de interpretação e questões controvertidas	48
2.1.2 Competência absoluta ou relativa? Obrigatoriedade ou opção procedimental?	48
2.2 Opção pelo procedimento especial dos Juizados e renúncia ao crédito excedente	51
2.3 Competência de foro	52
2.4 Competência relativa e procedimento opcional. Vantagens e desvantagens na escolha do rito sumaríssimo	53
2.5 Da competência mista ("absoluta") em face de lei local	54



2.6 Da limitação de valor para as matérias enumeradas no inciso II do art. 3.º (= art. 275, II, CPC)	55
2.7 Inexistência de limite valorativo para as ações de despejo para uso próprio, arrendamento rural e parceria agrícola	57
2.8 Da existência de limite valorativo para os títulos executivos judiciais	57
2.9 Dos conflitos de competência	58
2.10 Da prorrogação da competência	59
2.11 Da conexão e da prevenção	59
2.12 Complexidade da causa e competência	60
2.13 O valor da causa e a competência	61
2.13.1 Conceito	61
2.13.2 A relevância do tema no direito brasileiro	61
2.13.3 Analogia entre o inciso I do art. 3.º da Lei 9.099/1995 e o inciso I do art. 275 do CPC	62
2.13.4 A competência definida apenas com base no valor de alçada e a complexidade da matéria - Rol de matérias do art. 3.º meramente exemplificativo	62
2.13.5 Da impugnação ao valor da causa	63
2.13.6 Os princípios da originalidade, da obrigatoriedade e da definitividade	64
2.13.7 O critério legal	65
2.13.8 O princípio da livre valoração	66
2.14 Competência em razão da matéria. Análise do art. 3.º, inciso II, da Lei 9.099/1995 depois do advento da Lei 9.245/1995, que instituiu o novo procedimento sumário	67
2.15 Locação e ação de despejo	68
2.16 Ações possessórias	69
2.16.1 Aspectos processuais e procedimentais relativos às demandas interditaes imobiliárias e mobiliárias, sob o prisma da Lei 9.099/1995	69
2.16.2 Das ações possessórias imobiliárias e mobiliárias	70
2.16.3 Das ações de imissão de posse e reivindicatória	71
2.16.4 O valor da causa nas ações possessórias	72
2.16.4.1 Os diversos critérios de fixação do valor da causa possessória	72
2.16.4.2 O objeto da ação como base ideal de valoração - A nossa concepção	73
2.17 Da competência para promover a execução de título judicial e extrajudicial	74
2.17.1 Aspectos gerais destacados	74
2.17.2 Análise do princípio da perpetuatio iurisdictionis e a questão das demandas pendentes em fase de liquidação e execução de sentença	75



2.17.3 Competência para a execução das sentenças criminais de natureza civil indenizatória	76
2.18 Da exclusão da competência em razão da matéria	77
3. Da competência nos Juizados Especiais Federais	78
3.1 Introdução	78
3.2 Da escolha legislativa pela competência "absoluta"	79
3.3 Da competência absoluta em razão da matéria e a limitação valorativa de 60 salários	80
3.4 O critério da complexidade da causa	83
3.5 Competência em razão da matéria ou da qualidade das partes	86
3.6 Limitação da competência para atender as necessidades da organização dos serviços judiciários ou administrativos	88
3.7 Da competência para a execução de títulos executivos judiciais e extrajudiciais	89
3.7.1 Da competência para a execução de título executivo judicial	89
3.7.2 O princípio da perpetuado iurisdictionis: demandas pendentes em fase de liquidação e execução de sentença	90
3.7.3 Competência para a execução das sentenças criminais de natureza civil indenizatória	90
3.7.4 Da competência para a execução de título executivo extrajudicial	91
4. Modificações da competência	91
5. Conflito de competência	93
6. Conexão e prevenção	94
7. Da exclusão da competência	95
8. Da competência e do procedimento aplicável	96
9. Causas de competência originária dos Tribunais Regionais Federais	96
10. Competência recursal	97

III - DO JUIZ TOGADO, DOS CONCILIADORES E DOS JUÍZES LEIGOS

1. Considerações preliminares acerca do tema	99
2. Poderes instrutórios do juiz (togado ou leigo) e o princípio dispositivo	100
3. "Justiça participativa": os novos auxiliares e suas atribuições	102
4. Do recrutamento dos conciliadores e juizes leigos (ou instrutores)	104
5. Da possibilidade de recrutamento de juizes leigos nos Juizados Federais	106
6. Auxiliares da justiça e impedimento parcial ao exercício da advocacia	108
7. Da instituição e composição das Turmas Recursais	109
8. Decisão justa e equânime	112
9. Da valoração das provas e do direito baseada em regras de experiência comum ou técnica	114



IV - DAS PARTES E SEUS PROCURADORES

1. Da capacidade para estar em juízo. Pressuposto processual de validade	116
2. Das pessoas integrantes das demandas nos Juizados Especiais Estaduais	118
2.1 Pessoas jurídicas de direito privado	118
2.2 A questão dos condomínios, espólios, entidades beneficentes ou assistenciais e sociedades civis sem fins lucrativos	119
2.3 A exclusão das pessoas naturais cessionárias de pessoas jurídicas. Da cessão de crédito real ou fictícia	120
2.4 Da capacidade do maior de 18 anos de idade para estar em juízo por si só e a questão do pedido contraposto	121
3. Das pessoas integrantes das demandas nos Juizados Especiais Federais	122
3.1 Das limitações estabelecidas no art. 6.º da Lei 10.259/2001 e os reflexos em sede de competência	122
3.2 Da exclusão das pessoas naturais cessionárias de pessoas jurídicas. Da cessão de crédito real ou fictícia	123
4. Das partes em juízo e as questões voltadas à representação judicial	124
4.1 Da representação para a causa e a assistência facultativa de advogado	124
4.2 Do limite estabelecido para a facultatividade do patrocínio da causa por advogado e seus reflexos de ordem constitucional	126
4.3 Das hipóteses de obrigatoriedade do patrocínio da causa por advogado e a complexidade da causa	130
4.4 Do equilíbrio processual entre os litigantes	132
4.5 Mandato verbal ou escrito	133
4.6 Representação da pessoa jurídica por preposto credenciado	133
5. Inadmissibilidade absoluta de intervenção de terceiro e assistência	134
6. Do Litisconsórcio	135
7. Da intervenção do Ministério Público Estadual e Federal	136

V - DOS ATOS PROCESSUAIS

1. Noções de atos processuais	137
2. Dos atos das partes	138
3. Atos e pronunciamentos judiciais	139
4. Do tempo e do lugar dos atos processuais	141
5. Nulidades e instrumentalidade das formas	142
6. Dos atos processuais em comarcas distintas	143



7. Do registro dos atos processuais	143
8. Das disposições das normas de organização judiciária	145
9. Citação, intimação e suas modalidades	145
9.1 Juizados Especiais Estaduais	145
9.1.1 Citação postal de pessoa física	146
9.1.2 Citação postal de pessoa jurídica	147
9.1.3 Citação por oficial de justiça	147
9.1.4 Conteúdo da citação e prazo mínimo entre a comunicação e a audiência	148
9.1.5 Da citação editalícia	149
9.1.6 Do comparecimento espontâneo do réu	149
9.1.7 Das intimações e da contagem dos prazos	150
9.1.8 Da ciência dos atos praticados em audiência	151
9.1.9 Da mudança de endereços e seus efeitos	151
9.2 Juizados Especiais Federais	152
9.2.1 Das citações e das intimações	152
9.2.1.1 Da União	152
9.2.1.2 Autarquias, fundações e empresas públicas federais	153
9.2.1.3 Da intimação por via eletrônica	153
9.2.1.4 Prazo para citação e intimação: da inexistência de privilégios à Fazenda Pública	154

VI - DO PROCESSO DE CONHECIMENTO E DO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

1. Tipos de processo e de procedimentos: breves considerações	156
2. Processos admitidos nos Juizados Especiais Estaduais e Federais	159
3. Natureza jurídica, classificação das ações, enquadramento nos Juizados Especiais Estaduais e Federais e tipos de ações admissíveis	161
4. Da propositura da ação	166
5. Da petição inicial e a possibilidade de emenda	167
6. Modificação do pedido ou da causa de pedir :	167
7. Requerimento inicial e superveniência da causa independente	169
8. Petição inicial: requisitos	171
8.1 Considerações preliminares	171
8.2 Qualificação das partes e destinatário da peça	174
8.3 Causa de pedir	176
8.4 Objeto (mediato e imediato): pedido e suas especificações, alternatividade e cumulatividade	177
8.5 Valor da causa e a relevância do instituto	182
9. Das provas	186
9.1 Meios probatórios e sua admissibilidade	186



9.2 Tipos de prova	187
9.3 Momento processual oportuno para requerer (especificar) as provas e sua efetiva produção	187
9.4 A questão da tempestividade para o requerimento de produção de provas	189
9.5 Poderes instrutórios do juiz	190
9.6 Da prova testemunhal	192
9.6.1 Número máximo de testemunhas	192
9.6.2 Do comparecimento das testemunhas	193
9.6.3 Do prazo para formulação de pedido de intimação das testemunhas	194
9.6.4 Da condução da testemunha	194
9.7 Da prova técnica	195
9.7.1 Complexidade da matéria e prova técnica	196
9.7.2 Realização da prova técnica	199
9.7.3 Da inspeção judicial	200
10. Das tutelas de urgência	201
10.1 Tutelas de urgência: considerações gerais	201
10.2 Tutelas acautelatórias e antecipatórias nos Juizados	202
11. Trâmites processuais preliminares	204
12. Da audiência de conciliação, instrução e julgamento	205
12.1 Ato processual único, uno e indivisível, nada obstante fracionário	205
12.2 Desdobramentos da audiência	207
12.3 Comparecimento espontâneo e simultâneo das partes em juízo	208
12.4 Da autocomposição: conciliação e transação - Conceitos, distinções e similitudes	209
12.4.1 Das atividades conciliatórias	212
12.4.2 Da presidência da audiência em fase conciliatória	213
12.4.3 Do acordo, seus termos e homologação	214
12.5 Efeitos decorrentes da ausência das partes (autor ou réu) em qual quer fase da audiência de conciliação, instrução e julgamento	214
12.6 Momento processual oportuno para decidir as questões incidentais	216
12.7 Juntada de documentos e manifestação sobre eles	217
12.8 Dos termos em audiência e seu registro	218
13. Da resposta do réu	219
13.1 Tipos de resposta e forma de oferecimento da peça	219
13.2 Da contestação	219
13.3 Das exceções	222
13.4 Da reconvenção e do pedido contraposto	223
13.5 Momento processual oportuno e princípio da eventualidade: do prazo para responder	227



13.6 Da manifestação do autor sobre a resposta	231
14. Da revelia	232
14.1 Conceito clássico, amplitude e classificação	232
14.2 Efeitos da revelia: a regra geral	235
14.3 A revelia delineada nos moldes do art. 20 da Lei 9.099/1995	236
14.4 Revelia e seus efeitos em face dos entes públicos	238
15. Providências preliminares ou julgamento conforme o estado do processo	240
15.1 Conclusão da fase postulatória e julgamento conforme o estado do processo	241
16. Da instrução e julgamento	242
16.1 Razões impeditivas à instauração imediata da audiência de instrução e julgamento	242
16.2 Designação de data próxima para o prosseguimento da audiência	244
16.3 Das atividades instrutórias	244
17. Da sentença	245
17.1 Da sentença proferida em audiência e em gabinete	245
17.2 Conteúdo da sentença	247
17.3 Da liquidez da sentença	249
17.4 Da ineficácia da sentença	250
17.5 Da sentença proferida por juiz instrutor (ou "leigo")	251
17.6 Sentença ad referendum do juiz togado	251
17.7 Da coisa julgada	253
17.8 Limite de alçada ultrapassado em face da incidência de juros e correção monetária	253
17.9 Sucumbência e sanção pecuniária por litigância de má-fé, prática de ato atentatório ao exercício da jurisdição e "astreintes "	254
17.10 Modificação do salário mínimo após o ajuizamento da demanda	254
17.11 Prestações periódicas ou de trato sucessivo	255
17.12 Da advertência a respeito da renúncia de crédito excedente	257



VII - RECURSOS E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO

1. Considerações gerais	258
2. Indispensabilidade de advogado em segundo grau de jurisdição	260
3. Do reexame necessário	261
4. Do julgamento monocrático em sede recursal	262
5. Controle de admissibilidade dos recursos	262
6. Composição e competência dos Colégios Recursais	263
7. Da competência restritiva do Colégio Recursal e os embargos de divergência	264
8. Efeitos decorrentes do recebimento do recurso	266
9. Do preparo, da deserção e da isenção de custas para os entes públicos	267
10. Dos prazos em geral	268
11. Da transcrição das fitas magnéticas	270
12. Da intimação da data do julgamento	270
13. Do conteúdo e fundamentação do acórdão	271
14. Da resposta ao recurso	272
15. Indeferimento da petição inicial e reforma de ofício da sentença	272
16. Dos recursos em espécie	273
16.1 Da apelação	273
16.1.1 Considerações introdutórias	273
16.1.2 Dos prazos para a interposição do recurso	274
16.1.3 Fundamentação e forma do recurso	274
16.2 Do agravo regimental	275
16.3 Do agravo	276
16.4 Dos embargos de declaração	278
16.5 Dos embargos infringentes	281
16.6 Embargos de divergência (uniformização de jurisprudência)	282
16.7 Recurso especial	287
16.8 Recurso extraordinário	289
17. Dos meios de impugnação em geral	290
17.1 Do mandado de segurança e "habeas corpus "	290
17.2 Do pedido de reconsideração	291
17.3 Da reclamação ou correição parcial	293
17.4 Da ação rescisória	294
17.5 Da ação anulatória	294
18. Da correção ex Ofício de erro material	295



VIII - DA EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

1. Extinção do processo e suas hipóteses	296
2. Extinção ou redistribuição do processo	297
3. Contumácia do autor e efeitos decorrentes da ausência das partes em qualquer fase da audiência de conciliação, instrução e julgamento	299
4. Incompatibilidade procedimental	301
5. Incompetência territorial	304
6. Impedimentos supervenientes	305
7. Falecimento das partes	307
8. Extinção do processo semi intimação pessoal das partes	308
9. Ausência do autor à audiência por motivo de força maior	309

IX-DA SUCUMBÊNCIA

1. Do amplo acesso à justiça, gratuidade e princípio da sucumbência	311
2. A distinção a respeito da sucumbência em sede de Juizados Especiais Federais e os Juizados Especiais regidos pela Lei 9.099/1995	315
3. Das despesas processuais em grau de recurso	317
4. Litigância de má-fé, prática de ato atentatório ao exercício da jurisdição e sucumbência	319
5. Da sucumbência em segundo grau de jurisdição	320
6. Das despesas e honorários no processo de execução	321

X - DA EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

1. Da execução em sede de Juizados Estaduais e Federais: noções distintivas introdutórias	324
2. Disposições comuns aos Juizados Estaduais e Federais	325
2.1 Da liquidação de sentença	325
2.2 Da conversão dos índices e cálculo do contador	325
2.3 Da intimação da sentença e do ato de instar	326
2.4 Das sentenças declaratórias e constitutivas: a satisfação no plano meramente formal ou jurídico	327
3. Juizados Especiais Estaduais	328
3.1 Da execução de título judicial	328
3.1.1 Do processamento da execução de título judicial	328
3.1.2 Do descumprimento da sentença e da auto-executividade do título judicial	329



3.1.3 Da execução da obrigação de entregar, de fazer ou não fazer	331
3.1.4 Da alienação forçada de bens provenientes de constrição judicial	334
3.1.5 Da publicação de editais de praça e leilão	335
3.1.6 Dos embargos à execução, à arrematação e de terceiros	335
3.2 Da execução de título extrajudicial	337
3.2.1 Dos limites e do processamento	337
3.2.2 Da audiência de conciliação, instrução e julgamento	338
3.2.3 Da composição judicial amigável e da adjudicação	339
3.2.4 Efeitos da rejeição dos embargos ou da inexistência de qualquer espécie de oposição à execução	339
3.2.5 Da inexistência de bens penhoráveis e seus efeitos	340
3.2.6 Do arresto de bens do devedor não localizado	341
4. Juizados Especiais Federais	342
4.1 Título executivo judicial	342
4.1.1 Das sentenças em obrigações de fazer, de não fazer ou de entregar coisa certa	342
4.1.2 Das sentenças condenatórias de obrigação de pagar quantia certa	344
4.1.2.1 Transmutação da condenação (exortação) em mandamentalidade (ordem)	344
4.1.2.2 Técnicas de efetivação e regime de procedimentalidade - Contempt of court e medidas coercitivas: astreintes e prisão pelo crime de prevaricação	345
4.1.2.3 Procedimento para efetivação do pagamento	353
4.1.2.4 Das formas de oposição à execução	355
4.1.2.5 Vedação do fracionamento para quitação da dívida e satisfação do credor	355
4.1.2.6 Da renúncia facultativa ao crédito excedente ao limite de alçada dos Juizados	356
4.1.3 Da execução de título judicial em que o particular é sucumbente	358
4.2 Da execução de título extrajudicial	359
4.2.1 Da execução contra a Fazenda Pública: regime execucional e processamento da execução	359
4.2.2 Da execução contra o particular: regime execucional e processamento da execução	360
4.2.3 Embargos à arrematação, à adjudicação e embargos de terceiro	361
4.2.4 Da inexistência de bens penhoráveis e seus efeitos	362
4.2.5 Do arresto de bens do devedor não localizado	363



XI - CONSIDERAÇÕES FINAIS E GERAIS

1. Introdução	365
2. Defensoria Pública da União, assistência judiciária e curadorias	365
3. Acordo extrajudicial e validade jurídica	366
4. Extensão das hipóteses de conciliação	368
5. Eficácia da lei no tempo e no espaço	368
6. Competência legislativa estadual e seus limites	368

BIBLIOGRAFIA	373
--------------	-----

ANEXO

I. Fluxogramas	387
A) Juizados Especiais Cíveis Estaduais	387
1. Procedimento sumaríssimo	387
2. Processo de execução	388
B) Juizados Especiais Cíveis Federais	389
1. Procedimento sumaríssimo	389
2. Execução extrajudicial	391
3. Execução judicial	392
4. Uniformização de jurisprudência (1)	393
5. Uniformização de jurisprudência (2)	394
II. Legislação	395
1. Lei 9.099/1995	395
2. Lei 10.259/2001	412
INDÍCE ALFABÉTICO-REMISSIVO	417

